



**Ata da Audiência Pública Sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA do Empreendimento “Ampliação Industrial”, de responsabilidade da Usina Mandu S/A, realizada no Município de Guaira, em 1º de julho de 2008.**

Realizou-se, no dia 1º de julho de 2008, às 17 horas, na Câmara Municipal de Guaira, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente–EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação Industrial**”, de responsabilidade da **Usina Mandú S/A**. Dando início aos trabalhos, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema, **Cecilia Martins Pinto**, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Francisco Graziano Neto, saudava e dava as boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores, Sérgio de Melo, Prefeito do Município de Guaira, Aluísio Lelis Santana, Vice-Prefeito de Guaira, José Carlos Junqueira, Secretário de Agricultura do Município de Guaira, Aderlene Precilotto, Coordenadora da Secretaria da Indústria, Comércio, Emprego e Turismo do Município de Guaira, Alex Keli Tomé, Secretário da Cultura do Município de Guaira, Eloy Junqueira Lelis, Secretário da Vigilância Sanitária do Município de Guaira, e Edvaldo D’Antonio, Secretário de Obras do Município de Guairá –, do Poder Legislativo, dos órgãos públicos – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores José Orlando Levi, vinculado à Agência Unificada da Cetesb de Barretos, e Tenente Azevedo, Comandante da Polícia Ambiental –, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “**Ampliação Industrial**”, de responsabilidade da **Usina Mandú S/A**. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições estas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, a **Secretária-Executiva Adjunta** esclareceu que seu papel nas audiências públicas era completamente isento, e sua função era tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que têm alguma coisa a dizer sobre o empreendimento possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Em seguida, expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e compôs a Mesa Diretora de Trabalhos, chamando para dela fazer parte o representante do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA, Oder Luis de Souza, Tecnólogo em Saneamento. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. **Henrique Dalquirani Filho**, Gerente Administrativo Financeiro da Usina Mandú S/A, apresentou um breve histórico da empresa e as principais características do projeto que se pretende implantar. **Antônio Melhem Saad**, representante da TN Ambiental Consultoria, apresentou, com detalhes, os estudos ambientais, dando ênfase à análise dos principais aspectos do empreendimento, aos estudos realizados e às medidas que seriam implementadas para mitigar e/ou compensar os impactos mais significativos que serão causados. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. **Ângelo Augusto Correia Monteiro, vinculado ao Instituto Acaia de São José do Rio Preto**, comentou: 1) que na região além da ocorrência de um clima de deserto, com períodos em que ocorria uma ausência de chuvas, a volta de doenças que haviam sido erradicadas, o que prejudicava a produtividade, além de ser preocupante, e que o responsável por esta transformação climática era o Governo do Estado de São Paulo, que havia “matado” a mata atlântica, e que, na época em que isso ocorreu, o rurícola não tinha a consciência ambiental que muitos tinham hoje, quando havia mais informações sobre o meio ambiente; 2) que a natureza não era por essência anti-econômica e era ela que ditava a qualidade de vida das pessoas; 3) que qualquer ampliação industrial era atualmente motivo de preocupação, porque vinha aumentando de forma significativa o plantio da cana, não existindo mais na região noroeste do Estado de São Paulo áreas de preservação; 3) que pedia esclarecimentos sobre o que estava sendo feito pelo setor industrial para impedir o soterramento de nascentes, sobre as quais nenhuma referência foi feita durante a apresentação; 4) que esta empresa deveria preocupar-se com a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

qualidade social e ambiental da região e, neste contexto, se a mão-de-obra utilizada era a que vinha do Nordeste do país ou a local. Depois de **Divina Aguiar Barbosa, representante da entidade João Paulo II de São José do Rio Preto**, convidar os representantes desse empreendimento para visitarem a sede da entidade que representava, oportunidade em que poderiam oferecer maiores informações sobre sua ampliação às pessoas que não compareceram a esta audiência. **J. Oliveira, vinculado à Rádio Cultura de Guaíra**, comentou: 1) que, embora conhecesse alguns projetos implementados por essa usina, uma vez que a emissora em que trabalhava divulgara informações sobre eles, inclusive sobre o Projeto Abelinha, cujo objetivo era a alfabetização; 2) que a população se preocupava: a) com a proporção dessa ampliação, uma vez que seriam criadas 2 mil vagas; b) com as queimadas, motivo porque pedia informações sobre a data prevista para seu encerramento; c) e com o emprego da mão-de-obra qualificada; c) e com os impactos ambientais. **João Roberto de Araújo, representante da Inteligência Relacional de Ribeirão Preto**, comentou: 1) que entendia ser necessário que fossem utilizadas as tecnologias que a ciência colocava à disposição, as quais deveriam estar na base do processo produtivo, cujos dados com certeza seriam analisados pelos técnicos da Secretaria de Estado do Meio Ambiente; 2) que pressentia que informações dessa natureza não estavam à disposição dos cidadãos, o que era um direito deles, e que, por certo, se isso ocorresse, muitas dúvidas seriam sanadas; 3) e que, por ter durante mais de vinte anos acompanhado o desenvolvimento da Usina Mandú, estava convicto da honestidade e profissionalismo de seus dirigentes e acionistas. **José Eduardo Coscrato Lelis, Presidente do Sindicato Rural de Guaíra e Diretor da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo**, comentou: 1) que, igualmente como seu mestre e amigo Secretário Francisco Graziano Neto, concordava que cinco condições eram fundamentais para o crescimento do setor industrial, que eram educação, tecnologia, integralização dos negócios, associativismo e sustentação ambiental; 2) que os investimentos feitos por essa empresa era motivo de satisfação e orgulho para a população do Município de Guaíra; 3) que, de 1960 para cá diminuiu muito a cobertura verde do Brasil, e que também nesse período os recursos dos outros países para produzir alimentos chegaram ao limite de produção, e que hoje a grande demanda existente era por alimentos e energia renovável, e para atendê-la muito contribuiria a implantação desse empreendimento; 4) que, no Município de Guairá e região, havia mais de 18 mil hectares de agricultura irrigada e diversificada; 5) que a Usina Mandú se preocupava muito para não provocar impactos na sociedade, na economia e no meio ambiente; 6) que a FAESP, que era parceira da Usina Mandú, continuaria este projeto em virtude da produção limpa que implementaria e da capacitação da mão-de-obra. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes dos órgãos públicos. **Tenente Azevedo, Comandante da Polícia Militar Ambiental**, comentou: 1) que se posicionava favorável à implementação desse projeto em virtude do crescimento econômico que ele proporcionaria e das vantagens que a população teria com seu funcionamento; 2) que os problemas decorrentes da poluição atmosférica causada pela fumaça oriunda da queima do resíduo da cana assolava dezoito Municípios da região noroeste, inclusive Guaíra; 3) que, em sua última visita ao Município de Guairá, o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, ofereceu uma série de informações sobre: as áreas de preservação permanente; a necessidade de se preservarem as nascentes; os problemas oriundos da queima de cana-de-açúcar; o planejamento que antecedeu o aumento da produção do setor sulcro-alcooleiro; as irregularidades existentes no plantio de áreas próximas da produção de energia elétrica e dos centros urbanos, que confrontavam a legislação estadual, principalmente aquela recentemente editada pela Secretaria do Meio Ambiente; 4) que a população ansiava pela diminuição das queimadas, mas que esse setor já havia se compromissado com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente para reduzi-las, e que, para alcançar esse patamar reduzido, a Polícia Ambiental vinha fiscalizando; 5) que, em algumas áreas, essa queima foi autorizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, e que esta decisão levava em conta a necessidade de permanecerem intocáveis alguns exemplares arbóreos; 6) que, através da fiscalização, para o qual foram utilizados mapeamento por satélite e equipamento GPS, dados estatísticos haviam sido obtidos sobre o processo de queima; 7) que outra informação importante obtida dizia respeito à ausência de corredores ecológicos na região, e que, para sanar essa ausência, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente promoveria o aumento da vegetação nativa; 8) que a Polícia Ambiental havia realizado trabalhos de mapeamento por satélite e equipamento GPS, para verificar o problema das queimadas e



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

a mortandade de animais silvestres causada pela propagação do fogo, problemas estes que não se vinculavam ao empreendimento e resultavam em autuações e termos circunstanciados pelo Ministério Público, Procuradoria do Meio Ambiente e em certos momentos envolvia o Ministério Público Federal; 9) que solicitava esclarecimentos aos empreendedores sobre a fonte responsável pelos dados oferecidos relacionados com o percentual das áreas ocupadas por outras culturas, como pastagem – cuja diminuição assustava – e o cultivo sucro-alcooleiro, que tem aumentado de forma gradativa, e que essa fonte de consulta era importante para a Polícia Ambiental, para obtenção de dados estatísticos relativos às decorrências do monitoramento feito pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente através dos órgãos de fiscalização e licenciamentos; 10) que, em relação à queima da palha da cana, a Secretaria do Meio Ambiente havia elaborado um plano de redução, o qual contou com dados das unidades desse segmento implantadas nos dezoito Municípios sobre os quais a Polícia Ambiental do Estado de São Paulo tinha competência de fiscalizar; 20) e que todo e qualquer empreendimento tinha a obrigação de esclarecer o que pretendia implantar no Município e os riscos e danos prováveis que ele causaria ao meio ambiente. Passou-se à manifestação do Poder Executivo. **Sérgio de Melo, Prefeito do Município de Guairá**, depois de declarar que saudava, em seu nome e no do Vice-Prefeito do Município, Aluísio Lelis Santana, todos os presentes, inclusive os técnicos e representantes de entidades ali presentes, comentou: 1) que Guairá foi um dos primeiros Municípios da região a aderir ao “Protocolo Município Verde” e que se estava a caminho do cumprimento de 100% das metas fixadas; 2) que, como dirigente sindical, vereador, e militante das causas ambientais – tendo participado da fundação e militado na Associação de Defesa do Meio Ambiente de Guairá – e Vice-Prefeito do Município, foi convidado, nos primeiros meses de seu mandato, em 2005, a participar de um dia da rotina de trabalho na Usina Mandu, oportunidade em que um professor da Escola de Agronomia Luís de Queiroz-ESALQ apresentou para autoridades e estudantes o trabalho que desenvolvera nessa usina, o qual revelou a preocupação de seus responsáveis com a questão ambiental, não só no âmbito da usina, mas nas propriedades dos fornecedores de cana, enfim em toda a área de abrangência da usina; 3) que essa experiência lhe deu a garantia de que a Usina Mandu era uma empresa envolvida de fato com a questão ambiental e que, no decorrer dos últimos três anos, essa responsabilidade se ampliou também para a questão social, através de seus projetos de apoio à educação e de outros movimentos importantes; 4) que, nessa ocasião, dirigiu-se a esse professor e relembrou alguns trabalhos desenvolvidos em Guairá, em 1997/98, para professores da rede pública de ensino, entre os quais o “Projeto Prometeus de Capacitação”, que teve o patrocínio desse empreendimento, pois contribuiu com 50% de seus custos; o “Programa Cidades pela Paz”, que diplomou mais de cem professores de Guairá e Barretos, além de fornecer material didático a todas as crianças do ensino público fundamental; 5) que esse trabalho foi muito importante, pois se trata de um grupo empresarial preocupado – a despeito de uma sociedade que difunde a cultura da violência – em formar as crianças, quer no que diz respeito à formação do caráter, ao encaminhamento para a faculdade, ao preparo para o mercado de trabalho e à divulgação da cultura pela paz; 6) que o Programa de Desenvolvimento de Guairá-Prodeg também conta com investimentos provenientes da Usina Mandu, e que sua implantação e funcionamento, além de geração de renda, propiciará oportunidades de trabalho, não só para Guairá, como também para mais outros cinco Municípios que fazem parte de sua área de influência; 7) que era muito importante a qualificação profissional que essa empresa, através de cursos de capacitação, realizava, a exemplo daqueles ministrados gratuitamente no Centro Paula Souza, e esses cursos capacitaram jovens oriundos da rede pública em técnicas industriais; 8) que a parceria firmada entre o SENAI, a Prefeitura e as usinas já resultou na realização de cursos na área de sondagem, mecânica e metalurgia, e a primeira turma, constituída por dezesseis jovens carentes, se formava ainda no mês em curso; 9) que, além da aquisição de conhecimentos teóricos, os participantes tinham a oportunidade de realizar estágio remunerado e possuíam a perspectiva de serem contratados pelas próprias usinas como trabalhadores qualificados; 10) que essa parceria com o SENAI será objeto de discussão com o empresariado. Como também o incremento de cursos profissionalizantes, a instalação, já no segundo semestre deste ano, do Curso Superior de Tecnologia Sucro-Alcooleira, desenvolvido pela Universidade Federal de São Carlos. Passou-se à etapa das réplicas. **Henrique Dalquirani Filho**, depois de declarar que reiterava as palavras do prefeito no que concernia à importância dos cursos de capacitação e qualificação da mão-de-obra da



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

região, independentemente de sua origem e dos planos que possuía para o futuro, e da abrangência e divulgação desses cursos para cidades vizinhas, comentou que o projeto de ampliação da usina foi divulgado através de reuniões realizadas nas cidades de Guairá e de Barretos, convidou todos aqueles que tinham interesse em conhecer o trabalho e, também, fazer sugestões, que entrassem em contato. Depois de fazer uma breve apresentação do projeto de alfabetização que vem sendo oferecido não só à população de Guairá como também à dos Municípios vizinhos, o Projeto Abelhinha, que representava um incremento para a formação educacional do cidadão e, também, a garantia de maior segurança na manutenção do emprego no mercado de trabalho, comentou: 1) que, visando à implementação da mecanização na colheita da cana, havia sido criado Projeto Etanol Verde com o objetivo de reduzir a queima da palha de cana de forma progressiva, e a Usina Mandu a ele aderira imediatamente, de forma que hoje esse procedimento já estava sendo adotado em 65% da área de plantio, extrapolando o previsto para o ano de 2008, que era de 30% da colheita; 2) que a adesão ao Protocolo Verde também estava possibilitando sua implementação, principalmente nas áreas de expansão, bem como o monitoramento e gerenciamento de forma adequada das áreas onde ainda ocorria a queima, com especial atenção para aquelas próximas a estações e redes de energia elétrica, onde costumeiramente eram realizados os aceiros, para áreas de preservação permanente, lagoas, represas e mananciais; 3) que, em relação às áreas que, no passado, foram devastadas, elas haviam sido enquadradas pelo programa de reflorestamento ambiental implementado pela usina. **Antonio Malhem Saad, representante da TN Ambiental**, fez uma explanação sobre o banco de dados georreferenciados criado pela exigência da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o qual, segundo ele, continha informações sobre uso e ocupação de solo, a delimitação de áreas de preservação permanente, as nascentes existentes na região, tudo isso como base o uso de imagens de satélite – o Espot 5 – cujo conteúdo encontrava-se disponível para consulta. Em seguida, comentou: 1) que a questão do clima era controversa, porque, segundo versões existentes, ele se associava ao aumento do *déficit* hídrico, à queima da cana, quando, na verdade, esse déficit era característico da região no período compreendido de maio a setembro, prova disso era que um estudo realizado por um consórcio entre duas empresas de engenharia, a Masteri, empresa israelense, e a Tarrao, que elaboraram planos e diagnósticos básicos de irrigação do Estado de São Paulo, indicaram, em 1974, a região de Guairá como área prioritária para implantação do projeto de irrigação, por suas características climáticas e de solo e pela riqueza de recursos hídricos, produzida pelos Rios Pardo e Grande; 2) que, em relação à questão sobre “terra cansada”, este era um termo em desuso, porque se aplicava à terra sobre a qual não existia análise de solo na qual não era feita uma adubação correta, medidas hoje adotadas como rotina e que permitem a manutenção de solos produtivos. Depois de declarar terem sido cumpridos todos os procedimentos estabelecidos pela Deliberação 34/2001, a Secretária-Executiva Adjunta do Consema, Cecília Martins Pinto, informou que qualquer interessado em contribuir para o aprimoramento deste projeto poderia encaminhar proposta ou sugestão ou através dos Correios ou protocolando-a diretamente na Secretaria Executiva do Consema. Em seguida, depois de agradecer em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente, Francisco Graziano Neto, a participação de todos, declarou encerrados os trabalhos dessa audiência. Eu, **Cecília Martins Pinto**, Secretária-Executiva Adjunta, lavrei e assino a presente ata.